

POLÍTICA


BMC O BANCO PARA A PESSOA JURÍDICA

Cardoso elege três obstáculos ao Real

Pressão sobre os gastos públicos, cultura empresarial atrasada e corporativismo desafiam consolidação da moeda

por Renata Veríssimo
e Sandra Nascimento
de Brasília

Na mensagem presidencial encaminhada ontem ao Congresso Nacional, para a abertura do ano legislativo, o presidente Fernando Henrique Cardoso culpou os políticos pelo déficit público; criticou o "atraso" dos empresários; e condenou o corporativismo do funcionalismo público. Segundo o presidente, o risco da hiperinflação persistirá enquanto o orçamento público continuar a ser tratado de forma "irreal e inviável".

Fernando Henrique queixou-se da "tendência a reivindicar simultaneamente aumentos de gastos e diminuição de receitas, até hoje existente no nosso meio político". Criticou também o atraso de empresas que se habituaram a atuar num mundo artificialmente protegido da competição e o corporativismo que subordina o interesse público ao privado, de grupos particulares.

Apesar das críticas, Fernando Henrique fez questão de destacar a relação de independência recíproca e cooperação entre o Executivo e o Legislativo em função do interesse público.

O presidente anunciou ainda um novo ciclo de investimentos, estimulado pela aprovação das emendas da Ordem Econômica pelo Congresso, flexibilizando os monopólios nos setores do petróleo e telecomunicações e nas áreas de energia elétrica e mineração.

De acordo com os dados do governo, os investimentos produtivos estrangeiros no país superaram US\$ 3 bilhões no ano passado. Até o final desta década, acrescenta, somente o setor automotivo deve investir R\$ 12 bilhões.

Ele também destacou a promulgação da Lei de Concessões, "seu principal avanço" na área de desestatização, proporcionando, sobretudo na área elétrica, novos investimentos e a conclusão de obras paralisadas, num total de R\$ 2 bilhões. Fernando Henrique lembrou os avanços no programa de privatização que possibilita-



Fernando Henrique Cardoso

ram empregar os recursos provenientes da venda das estatais no abatimento da dívida pública e limitar o Estado nas funções propriamente públicas.

Durante a abertura da 2ª sessão da 50ª Legislatura do Congresso, a mensagem do presidente Fernando Henrique foi recebida em clima foi de otimismo. "Vamos votar as reformas ainda

neste semestre. Há uma consciência de que o governo e o País precisam de instrumentos para a promoção do desenvolvimento", disse o presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP). "Eu estou otimista, acredito que o Congresso vai manter a sintonia que vem tendo com o Executivo", acrescentou o vice-presidente Marco Maciel.

O presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), garantiu que até abril serão votadas as reformas administrativa, previdenciária e tributária.

No seu discurso de abertura, Sarney destacou a importância do Congresso ao promover as alterações na Constituição, nas suas palavras, "as mais importantes de que se tem notícia na vida republicana". Acrescentou que o Legislativo vem atuando de forma cooperativa com o governo, mas, segundo ele, com independência.

Apesar do clima festivo, o presidente da Casa aproveitou para mandar um recado sutil para a equipe econômica do governo. Disse que espera, em breve, ver solucionado o problema dos juros, do câmbio, bem como da crise financeira dos estados e municípios.

Na solenidade de abertura não faltaram ministros para prestigiar o evento. Onze ministros compareceram à solenidade no Congresso.

Destaques do discurso

ESTABILIDADE

"A curto prazo, a consolidação da estabilidade da moeda proporcionou um rumo bem definido para o desenvolvimento. Em 1995, a economia continuou crescendo, a taxa de investimento subiu cerca de 2 pontos percentuais do PIB, e o consumo de alimentos básicos e bens duráveis expandiu-se consideravelmente. A renda dos setores mais pobres cresceu bem acima da média nacional. A inflação continuou declinando."

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

"Paralelamente, houve um crescimento significativo dos investimentos produtivos estrangeiros no País, que superaram 3 bilhões de dólares em 1995. Além disso, em função do novo regime automatizado adotado pelo Poder Executivo, anuncia-se um novo ciclo de investimentos nessa área, num montante superior a 12 bilhões de reais até o final da década."

PRINCIPAL CONQUISTA POLÍTICA

"Um fator fundamental para estimular a retomada dos investimentos decorre diretamente da alteração dos dispositivos da Constituição sobre a Ordem Econômica, principal conquista política de meu governo em 1995, e para a qual a contribuição do Congresso foi essencial. Daqui em diante, serão permitidos investimentos privados nos setores de petróleo e telecomunicações, bem como investimentos estrangeiros na área de energia elétrica e mineração. Eliminou-se, também, o tratamento diferenciado ao capital estrangeiro."

DESESTATIZAÇÃO

"A aprovação da Lei de Concessões estabeleceu as bases legais para a atuação da iniciativa privada na prestação de serviços públicos. Foi o principal fato na área da desestatização no ano passado, proporcionando, sobretudo na área elétrica, novos investimentos e a conclusão de empreendimentos — viabilizada mediante concessões — num total superior a 2 bilhões de reais."

PRIVATIZAÇÃO

"O avanço no processo de preparação da venda da Vale do Rio Doce, que deverá estar concluído no primeiro semestre deste ano, foi o fato mais significativo. (...) No setor elétrico, os processos de divisão ou de fusão, necessários para aumentar o valor de venda das empresas, permitirão o avanço da desestatização no decorrer de 1996. Na área de transportes prevê-se que, dos 15 mil km passíveis de concessão, mais da metade será objeto de licitação no decorrer deste ano."

PRINCIPAIS OBSTÁCULOS

"A consolidação definitiva do Real, bem com o cumprimento da agenda de modernização, não é tarefa simples. Três obstáculos ainda desafiam a estabilidade econômica e política que hoje vivemos, e da qual a Nação tanto se orgulha. São eles a permanência da cultura do déficit público, o atraso e o corporativismo."

DÉFICIT PÚBLICO

"O risco de volta da hiperinflação não pode ser definitivamente debelado enquanto prevalecer a tendência a tratar os orçamentos públicos como receptáculos de expectativas, e não como instrumento de opção realista entre alternativas igualmente legítimas, mas nem sempre viáveis ao mesmo tempo. A ela se soma a tendência a reivindicar simultaneamente aumento de gastos e diminuição de receitas, até hoje existente no nosso meio político."

ATRASO EMPRESARIAL

"A conta a pagar pela sociedade brasileira devido ao atraso também é elevada. Atraso, em primeiro lugar, do Estado, que se tornou pesado, caro e ineficiente em muitos setores. (...) Atraso, também, das empresas, que se habituaram, muitas vezes, a atuar em um mundo artificial onde se protegiam da competição pela excessiva regulamentação dos mercados e pela ampla indexação dos preços. Nesse longo período de fechamento do mercado nacional e de inflação alta com indexação, a velocidade do reajuste de preços e os investimentos na esfera financeira se tornaram os principais instrumentos de ação empresarial, em detrimento da revisão de custos, da renovação dos métodos de gestão e do investimento produtivo."

CORPORATIVISMO

"O terceiro grande obstáculo à consolidação do Real e à sustentação do crescimento é o corporativismo. Seja nas empresas, nas organizações da sociedade civil em geral ou na máquina do Estado, uma mentalidade corporativa está permanentemente moldando as normas das instituições para colocá-las a serviço de seus membros em detrimento das finalidades para que foram criadas. No âmbito do Estado, especialmente, o corporativismo tem sido um poderoso fator de ineficiência e altos custos."

ENCARGOS TRABALHISTAS

"Só é possível enfrentar esses obstáculos mediante reformas que possibilitem, em última análise, o aumento de poupança pública e reforcem os incentivos ao setor privado, ao mesmo tempo que eliminem o excesso de regulamentação do mercado de trabalho, reduzindo custos de contratação e manutenção do empregado, tudo isso resultando na geração de novos postos de trabalho. Essas reformas são indispensáveis à construção de um Estado moderno e eficiente."

POLÍTICA INDUSTRIAL

"Finalmente, persistiremos na busca da modernização do setor produtivo e do aumento da nossa capacidade de competir internacionalmente. (...) Com esse objetivo serão aperfeiçoadas as políticas de abertura comercial, desregulamentação, garantia da concorrência e defesa do consumidor. Paralelamente, serão aprimorados os mecanismos de defesa da produção e do emprego, usualmente adotados em outros países, especialmente nos casos de práticas desleais de comércio."